

AMOR E RAZÃO NO PROJETO EDUCATIVO DA CIDADE PLATÔNICA

LOVE AND REASON IN THE EDUCATIONAL PROJECT OF THE PLATONIC CITY

JOSÉ TRINDADE SANTOS*

Resumo: O objetivo deste texto é mostrar como a concepção platônica da educação é estruturada pela conjugação da racionalidade com o impulso amoroso. Para o filósofo da Academia, a alma dos mortais só é capaz de recuperar a sua natureza transcendente se for dotada de Razão, porque só ela lhe permite aspirar ao “melhor”. No entanto, por mais que a racionalidade condense na alma a sua capacidade de se orientar para o Bem, nada ela alcançará se não for movida pelo Amor. É por isso que, aliados no “amor ao saber”, Amor e Razão constituem motor e fim último do processo educativo.

Palavras-chave: educação, *polis*, alma, razão, amor.

Abstract: The purpose of this paper is to show how the Platonic conception of education is structured by combining rationality with the impulse of love. For the philosopher of the Academy, the souls of mortals are only able to recover their transcendent nature if endowed with reason, because reason alone allows the soul to aspire towards what is “best”. Although rationality is capable of concentrating in souls their ability to move towards the Good, souls will achieve nothing if they are not moved by Love. Therefore Love and Reason, united in the “love of knowledge”, are the engine and the ultimate goal of the educational process.

Keywords: Education, *Polis*, Soul, Reason, Love.

1. É possível defender que, no Ocidente, a ideia da “formação integral” é tão antiga quanto a da Educação. Limitada ao espaço político da Ática, no séc. V a. C., associada à filosofia, a concepção é pela primeira vez defendida no conjunto dos diálogos platônicos. O princípio cardinal a que atende é o de que o objeto da educação é o “ser humano integral”. Encarado como pessoa, é um varão livre, “senhor de si próprio”. Como cidadão, é membro ativo da cidade em que nasceu, na qual se acha politicamente inserido.

* José Gabriel Trindade dos Santos é professor da Universidade Federal da Paraíba e professor visitante da Universidade Federal do Ceará. E-mail: jtrin@terra.com.br.

É ele o suporte da identidade da *polis*, substanciada nas leis, que defende com a sua conduta, em tempo de paz, e com a própria vida, quando a cidade entra em guerra.

Embora, na perspectiva dos seus críticos, a concepção adquira contornos ideológicos, condensados em teses éticas e políticas por muitos amplamente contestadas, a proposta educativa de Platão é caracterizada por uma unidade, coerência, consistência e abrangência, que falta à maioria das que com ela competem.

Esses traços explicam a sua perenidade na História da Educação no Ocidente, pois deverá ser a estrutura unitária do conjunto de problemas elencados pelo filósofo, muito mais do que as soluções concretas que encontra para cada um deles, que há de conferir relevância ao projeto que a anima. O que o caracteriza é acima de tudo a objetivação do programa educativo num currículo de estudos que o cidadão deve seguir.

Platão defende nos diálogos que a educação deve cobrir todos os domínios da formação do ser humano. Primeiro são adquiridas a instrução, exigida por uma cultura aberta ao letramento (ler, escrever, contar), a par das competências requeridas para a plena aquisição da capacidade de exercício político (ginástica, sem e com armas). A inserção na identidade coletiva da comunidade é efetivada através do contato prolongado com a poesia épica e didática, reativado pela participação em festivais. A partir daí, o processo educativo estende-se, da assimilação das noções básicas de convivência, à compreensão das normas de conduta na cidade, e então – já no plano de um “ensino superior” – ao aprofundamento da cultura e à instrução científica.

Para compreender o motivo pelo qual o projeto é inovador haverá que entender as finalidades que visa, confrontando-o com os programas de instrução publicitados pelos sofistas, dos quais se destacam Protágoras e Górgias. Estes revelavam o empenho pragmático e prático de servir os interesses imediatos do seu público-alvo. Prometiam desenvolver nos discípulos, em tempo hábil, a capacidade de persuadir audiências, preparando-os para a intervenção política que a sociedade democrática deles esperava. Visavam proporcionar aos cidadãos emergentes a possibilidade de inserção e ascensão social, mediante a participação e colaboração nas instituições que asseguravam a estabilidade e o funcionamento do Estado: a Assembleia e o Conselho. Tratava-se de uma formação *ad hoc*, bem paga, desenvolvida à revelia dos interesses do Estado, tal como os políticos da classe dirigente dos “bem-nascidos” os entendiam.

Figurando implicitamente como arauto desses interesses, aos olhos dos seus detratores, Platão integra a sua concepção numa proposta filosófica ampla, abrangendo virtualmente a totalidade das áreas e domínios da cultura e do conhecimento da época, enquanto a dos seus opositores é dirigida à obtenção de resultados que a curto prazo assegurem o retorno do investimento económico e pedagógico realizado.

No contexto dos debates a que as personagens platônicas a submetem, esta motivação pode parecer condenável. Mas há, na crítica, um argumento cuja relevância frequentemente passa despercebida a um leitor atual. Sendo o ensino da Oratória ministrado mediante a memorização de discursos escritos exemplares, fornecidos pelo Mestre, o objetivo destes era inculcar por mimetismo a aprendizagem das regras formais de composição e improvisação do discurso. Todavia, essa aprendizagem não podia ser efectivada sem que os conteúdos materiais transmitidos, indiretamente absorvidos pelo discípulo, fossem passados à sua audiência. Por exemplo, o orador que defendia um réu, acusado de agredir o próprio pai, com a alegação de aquele se achar, na realidade, a impedir o ancião de atentar contra a própria vida, não ensinava apenas a argumentar a partir de uma exceção, mas a usar o argumento contra os princípios éticos estabelecidos.

O exemplo mostra que a relação ensino-aprendizagem forçava o praticante a apreender e aplicar um arsenal de argumentos formais, cujas consequências éticas era implicitamente instigado a ignorar e tecnicamente habilitado a desconstruir. Por isso, Platão tanto denuncia o absurdo da alegação de irresponsabilidade do Mestre de Retórica pelo mau uso a que o seu ensinamento se pode prestar, quanto acusa os que, memorizando textos escritos adquiridos no mercado, passam por ter aprendido o que nenhum mestre lhes ensinou.

Um bom par de séculos passados, depois das mortes de Platão e de Aristóteles (348 e 322 a. C., respectivamente), sem que se atenuasse a rivalidade que opunha as duas estratégias pedagógicas acima referidas, um conjunto de motivos convergentes concorreu para que os dois projetos educativos acabassem por conviver harmoniosamente. Com o declínio da Hélade, a perda do protagonismo político da *polis* levou os filósofos a renunciarem à orientação do seu ensino para a formação de quadros políticos, dirigindo-o para a pesquisa das disciplinas constitutivas do Saber. Por esse motivo, liberta de competição no mercado educativo, a Retórica pôde vir a tornar-se o núcleo da “formação geral” que a sociedade dispensava a todo o cidadão cultivado.

Mas a História mostra que a tensão entre os dois currículos paradigmáticos persistiu até aos nossos dias, para se mostrar, já em aberto confronto, na oposição entre as formações humanística e tecnológica, que, a partir do séc. XVIII, se difundem, da Europa para as Américas, alargando-se gradualmente ao resto do mundo. Em particular, nestes últimos anos, a necessidade, sentida por toda a parte, de orientar ensino e aprendizagem para a concentração em tarefas produtivas, em detrimento das oportunidades concedidas à formação humanística, deu origem a um debate que não só reflete a necessidade de enquadrar os dois programas como perspectivas complementares da educação, como ainda contempla a viabilização de projetos de formação pessoal.

Por estas razões, penso que a tentativa de reinterpretar e transpor os pressupostos e finalidades da proposta de Platão para a atualidade pode contribuir para a compreensão dos problemas com que cada jovem hoje se confronta ao pensar o seu futuro, escolhendo uma carreira e decidindo o tipo de formação que melhor corresponde aos seus anseios.

2. A teoria platônica parte da hipótese de que a concepção do Todo em que o Homem se acha inserido deve ser exclusivamente avaliada da perspectiva da vida. O primeiro objetivo do filósofo é denunciar e condenar a ideia tradicional de que a emergência da vida, regida pelas leis do “acaso e necessidade”, dispensa a indicação de uma causa, ocorrendo automaticamente nalgum momento do processo de formação do cosmos. Contra ela, defende que a existência de cada ser humano deve ser entendida como uma emanção da ordem cósmica, que em narrativas verossímeis mostra ser constitutiva do espaço e do tempo de todas as formas de vida.

Imediatamente, a proposta mergulha a existência humana na transcendência, ao colocá-la no coração da realidade. Superando a rotina a que o quotidiano reduz a existência individual e coletiva – vista como leitura empobrecida de uma viagem espiritual –, a vivência constante do transcendente é desde logo encarada como a passagem de cada alma pelo corpo mortal em que calha achar-se. A concepção é revolucionária no seu tempo, mas há que ter cuidado na sua transposição para contextos culturais atuais, se se quiser preservá-la da contaminação por visões de todo alheias ao platonismo dos diálogos.

Para o Mestre da Academia, a noção de *psychê* desempenha uma gama de funções que não tem hoje correspondência no termo ‘alma’, que a recebe nas diversas línguas que, a partir do latim, traduzem o termo original grego. Ao contrário do que se colhe já da leitura de Descartes, no séc. XVII, a “alma” platônica é para o humano a sede de toda a vida, a começar pela sua.

Em particular, na parte imortal da alma residem a identidade individual, que a transporta ao seu destino cósmico, as consciências psicológica e moral, que a guiam na ação, e a inteligência cognitiva, que a orienta para o Bem, associada ou separada do corpo.

Mas a alma manifesta-se de muitas maneiras. Na sua expressão mais ampla, é o princípio da vida de todos os seres: o “movimento” que os “anima” no cosmos vivo, comandado pelos deuses, cujos corpos são os “planetas”. Para todos os viventes, é a força que “organiza” as funções vitais de que depende a sobrevivência do corpo a que se acha associada. Nos humanos, acima da presença difusa nos órgãos e na medula, sobressaem as almas “racional”, “animosa” e “concupiscente”. Respectivamente localizadas na cabeça, no peito e no baixo-ventre, distinguem-se antes de mais pelo fato de a primeira ser imortal, enquanto as outras são sujeitas à dispersão causada pela corrupção do corpo.

É na solução apontada para os problemas postos pela série de conflitos que opõe estas três almas que incide a mais divulgada e bem conhecida lição da ética platônica. As tensões que se geram entre elas devem ser superadas pela entrega da função de comando à alma racional, pela simples razão de ser ela a única que se acha apta a perceber a finalidade, enquanto as outras só são capazes de captar as necessidades expressas pelos impulsos orgânicos recebidos. Fome, sede e desejo de prazer são alguns dos que, dimanando da alma concupiscente, mais intensamente assaltam a consciência. A par destes, por vezes aliados a eles, outros, associados à alma “animosa”, visam à preservação e segurança da identidade do indivíduo e do corpo que a suporta: “paixões”, como as que despertam a sexualidade desenfreada, ou à ambição, à cólera, ao ressentimento e ao medo.

Dado que todos estes dependem do funcionamento dos órgãos dos sentidos, é por eles que a alma racional recebe as imagens que lhe permitem decodificar as suas vivências dos mundos exterior e interior. Mas há um preço a pagar, pois, o conflito ético, provocado pela interação das sensopercepções com a compreensão da diversidade da vida e do seu sentido último, resulta na impossibilidade de através delas aceder à transcendência.

A descrição da vida como sucessão de experiências rotineiras decorre da conjugação de diversos factores. A imersão da consciência no fluxo das sensopercepções provoca a reorientação da tarefa de decodificação das mensagens externas e internas para a satisfação das carências expressas pelas almas mortais que as enviam. Dela resulta a perda do acesso ao Bem, entendido como a expressão última da finalidade.

3. Até este ponto, a teoria platônica surge como uma construção ideológica infundada, contrária à experiência da vida de todos os dias. É só quanto nos damos conta de que o ser humano se distingue dos outros animais por vir ao mundo totalmente impreparado (veja-se o mito do *Protágoras*) que compreendemos quanto a sua natureza não pode ser entendida como um dado bruto, e, pelo contrário, depende do processo educativo a que é mister se submeter.

Só a partir da compreensão de que a ação educativa é uma exigência que deve ser atendida podemos enfim percebê-la como o problema com que originalmente o filósofo se terá confrontado e para o qual a sua concepção de saber constitui a resposta. Platão vê a natureza humana encerrada numa prisão (atente-se na “Alegoria da Caverna”). Seja na experiência dos limites do seu corpo físico – sempre e ao longo da sua vida –, seja na habituação às paredes que tolhem a sua consciência perceptiva, seja nas fronteiras do espaço político que é forçada a habitar, a alma imortal dos mortais não tem acesso direto à sua história progressa. Daí que a primeira finalidade do processo educativo seja liberá-la da condição a que a reduziu a tragédia da queda num corpo, deixando-a sem armas perante os seus dois maiores inimigos: a ignorância e a estupidez.

A ignorância é antes de mais o estado de destituição em que a alma imortal se acha perante si própria, decorrente da desorientação provocada pelo modo de existência que o uso do seu corpo elemental lhe consente. A estupidez, consequência direta da ignorância, pode ser entendida como a incapacidade de subordinar meios a fins, que a deixa desarmada perante o assalto dos conflitantes impulsos que recebe, dimanados das almas mortais. Derivado do aprofundamento do conflito entre as partes, nasce enfim o vício, pelo qual a alma imortal se alheia de si própria e avança no caminho de um mal que não conhece, nem sequer reconhece como mal, progressivamente cavando o abismo que a separa do Bem.

Contra a ignorância e a estupidez, a alma dispõe como única arma da racionalidade: a inata capacidade de pensar, liberadora dos constrangimentos impostos por um corpo que o exercício da sensibilidade amarra à tirania do aqui e do agora. Pois, só pelo pensamento e pelo discurso que o exprime a alma pode se elevar à reintegração na transcendência que a explica e da qual procede.

É este o sentido último da educação. Começando por ensinar a alma a usar o corpo e a assimilar a parcela da memória coletiva que lhe diz respeito, a formação integral vai gradualmente incorporando as disciplinas que descrevem a estrutura cognitiva e funcional da alma imortal e dos seus

pares mortais, visando à sua reintegração na amplidão do corpo, seja o seu próprio, seja o da comunidade em que vive, seja o do cosmos do qual nunca deixou de participar.

4. Só falta deixar uma advertência sobre a racionalidade platônica. A Razão a que os diálogos do Mestre Ateniense aludem pouco tem a ver com a Razão substancial, que a partir de Descartes passa a constituir patrimônio do senso-comum. Para Platão, ela é constitutiva do microcosmos, que é o corpo da sua existência pessoal, fornecendo a abertura que lhe permite aceder ao universo macrocósmico. A Razão não obriga a alma a operar a separação do corpo, dando livre curso à série de catástrofes que inevitavelmente acabam por ocorrer. Na medida em que exerce a função de comando das “almas mortais”, prepara o ser humano para a gradual recuperação da sua identidade cósmica, através disso a que a Modernidade séculos depois chamará “conhecimento”.

Neste plano, a Razão é um instrumento. Por isso carece de uma força que a ponha em ação e a impulsiona para o Bem, reativando o contato com a sua natureza original. Essa força única é o Amor. A presença deste na alma constitui o primeiro sinal da sua existência transcendente. Dirigido para a própria alma, mal entendido, o Amor é o diabo que a separa do tudo; bem entendido, é, pelo contrário, o vínculo que a religa ao todo. Pois, direta ou indiretamente associado ao desejo de recuperação da beleza, o Amor pode finalmente dirigir-se para o saber, que é sempre, de um modo ou de outro, a sua expressão como autoconhecimento.

Como veículo da finalidade, confere à existência individual o único sentido que a preserva. Como amor de outras almas, constitui o esteio de que brota a vida de todos nós, colhendo-se a maior evidência do seu poder nos modos como se manifesta em todos os humanos, no anelo da criação e da procriação.

Não há qualquer contradição estrutural entre o Amor e a Razão, apesar de muitas vezes discordarem. Uma precisa do outro para se mover; o outro precisa dela para se orientar. A circunstância de esta relação ser, nos humanos, mediada pelo corpo, deve apenas ser entendida como um epifenômeno da natureza mista da alma. No seu todo, será o mais forte – senão o único – argumento a favor da importância da educação.

Recebido em junho 2015

Aprovado em julho 2015